

# IDEOLOGIAS, ATITUDES E DECISÃO DE VOTO EM ELEITORES DE DIREITA E DE ESQUERDA<sup>1</sup>

*Helcimara de Souza Telles<sup>2</sup> y Tiago Prata Lopes Storni<sup>3</sup> (Brasil)*

**Abstract:** This paper proposes to consider the contents existent in voter groups that were classified by their similar position in the continuum of the scale left-right. The hypothesis is that in the use of this scale there is little capacity to explain the aggregation of the voters, related to ideology. Over this view, the self-localization of the voter

---

<sup>1</sup> Este artigo é um dos produtos da pesquisa “Opinião Pública: Partidos Políticos e Comportamento Eleitoral”, financiada com recursos do Edital Universal/2008, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Ele foi apresentado em versão preliminar no III Congresso Latino Americano da Wapor (World Association for Public Opinion Research), ocasião em que recebeu o 1º Premio Edgardo Catteberg. A coleta de dados contou com o auxílio técnico do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), através de Termo de Cooperação entre este instituto e a Universidade Federal de Minas Gerais. Agradecemos ao Presidente do Comitê Científico, Antonio Lavareda, e à equipe técnica do IPESPE, pelo apoio ao survey realizado em Belo Horizonte, no segundo e no primeiro turnos das eleições municipais de 2008. Agradecemos também a Maria Braun (Wapor Latinoamérica) e aos pareceristas desta Revista, pela leitura apurada e sugestões encaminhadas.

<sup>2</sup> Helcimara de Souza Telles é Doutora em ciência política pela USP, com estágio pós-doutoral na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Foi professora visitante na Universidad de Salamanca (Usal) e coordena o grupo de pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral. Atualmente é professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: Mara-telles@uol.com.br.

<sup>3</sup> Tiago Prata Lopes Storni é Mestre em economia aplicada no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Grupo de Pesquisa Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral da UFMG. E-mail: elprata@hotmail.com.

in this scale on positions of right, center or left, tends more to be an indicator of a logic division of politics in broad terms of situation and opposition, than a reflex of similar opinions before political themes and values, which would produce ideologically oriented behaviors. Analyzing qualitative researches and surveys realized in the city of Belo Horizonte (Minas Gerais's capital, Brazil), was discovered that the self-positioning is one more indicator of governments' evaluation and institutional trust than of ideological factors that express political conservatism or economic liberalism. Then, it is indicated that the surveys about the impact of the ideology over the decision of the vote make use of other indicators, that aggregate, when it's possible, ideological variables, which are also clear and direct.

**Resumo:** O artigo se propõe a examinar os conteúdos presentes em grupos de eleitores classificados por seu posicionamento semelhante no contínuo da escala esquerda-direita. A hipótese é a de que o uso desta escala tem pouca capacidade para explicar a agregação dos eleitores em termos de ideologia. Neste sentido, a auto-localização do eleitor nesta escala tende mais a ser indicador de uma lógica da divisão da política em termos gerais de situação e oposição, do que reflexo de opiniões semelhantes perante temas políticos e valores, que produziriam comportamentos ideologicamente orientados. Analisando pesquisas qualitativas e *surveys* realizados na cidade de Belo Horizonte (capital de Minas Gerais, Brasil), foi constatado que a variável de auto-posicionamento é mais um indicador de avaliação dos governantes e de confiança institucional do que de fatores ideológicos que expressem conservadorismo político ou liberalismo econômico. Assim, é indicado que os estudos sobre o impacto da ideologia na decisão do voto façam uso de outros indicadores, que agreguem, quando possível, variáveis de cunho ideológico claro e direto.

## 1. A ideologia e a escala esquerda-direita

A decisão de voto é um fenômeno complexo e pode responder a causas múltiplas. Uma explicação fundamental, discutida por vasta literatura, é a ideologia. Em *The People Choice's* (1948), Lazarsfeld, Berelson e Gaudet interpretam

o voto essencialmente como uma experiência de grupo. As pessoas que vivem juntas e em mesmas condições externas teriam inclinação a desenvolver similares necessidades, interesses, experiências, visões e interpretações de mundo. Por isso, votam não apenas com o seu grupo social, mas *pelo* grupo. As características homogêneas dos grupos, como o status socioeconômico e as experiências compartilhadas, produziriam semelhantes condutas políticas, que poderiam ser mensuradas através do Índice de Predisposição Política (IPP). A tendência a seguir estas predisposições é acentuada no decorrer da campanha política, quando os grupos sociais, mais que assumir como verdadeiras as informações que circulam neste momento, fazem a interpretação delas com vistas a reforçar, entre os seus membros individuais, a ideologia predominante no grupo. Nesta acepção, a decisão de voto é uma experiência coletiva e condicionada pela ideologia do grupo, seja este o categórico, o secundário ou o primário.

A ideologia é central no argumento da sociologia eleitoral, a tal ponto que mesmo as relações pessoais são mais estruturantes da conduta política do que as mensagens veiculadas através dos meios de comunicação. As relações interpessoais oferecem vantagens psicológicas aos indivíduos. O contato pessoal descompromissado é menos invasivo do que a mídia, portanto, mais eficaz para a persuasão. Ainda que muitas idéias sejam difundidas, sobretudo através da imprensa, elas chegam antes aos líderes de opinião, que as reinterpretem. Assim, o fluxo informacional começa antes nestes líderes e deles se expande para os setores mais passivos dos grupos. A explicação que os líderes assumem sobre o sistema político é, ela própria, também uma leitura à luz da ideologia do grupo. Por isso, aquilo que contraria as suas convicções pode vir a ser rejeitado; ao passo que outros elementos podem ser escolhidos porque reforçam as idéias que prevalecem nos grupos.

Ainda no cerne das explicações sociológicas, Seymour Lipset (1967) evidencia que são os fatores estruturais que determinam as escolhas partidárias. Os partidos expressariam conflitos baseados nas classes inferiores e médias, por isso, eles são uma “tradução democrática da luta de classes” (*op.cit.*, p. 231). Assim, desta lógica derivaria um sistema partidário condicionado pelo alinhamento da ideologia de direita para a esquerda. A posição de classe penetra o ato de votar, com tendência a que os setores de baixa renda se decidam pelos partidos de esquerda e os de renda superior, pelos de direita. A explicação para este comportamento seria o interesse econômico, pois a esquerda se apresenta como um meio para as mudanças sociais e a igualdade, maximizando ganhos econômicos aos indivíduos de mais baixa renda. Deste modo, o voto na esquerda responde a uma necessidade dos grupos mais pobres, tais como a segurança de renda, de trabalho satisfatório e de status e reconhecimento social. Os indivíduos de renda mais elevada se contrapõem a esta conduta, pois o acesso da esquerda a cargos políticos reduziria os seus benefícios, por isso se alinham aos partidos de direita.

No entanto, empregando as indicações do modelo sociológico, como explicar que indivíduos pertencentes ao mesmo grupo votem de maneira diferente e elejam partidos mais conservadores ou alinhados à direita? A resposta da escola psico-sociológica é a de que, para além dos grupos, as atitudes, as percepções e as crenças individuais sobre a política são fatores que determinam as preferências e decisões. Em lugar de ideologia, Philip Converse (1964) propõe um sistema de crenças, coerentemente estruturadas, que não são exclusivamente condicionadas pela inserção do indivíduo em um grupo. Em estudo seminal, o autor mede a conceituação de ideologia através de entrevistas abertas, em *surveys* realizados nos Estados Unidos, do início dos anos 1950 a 1960. Conclui

que o contínuo liberal-conservador é uma abstração que não é usualmente utilizada pelo cidadão comum.

As pesquisas analisadas por Converse teriam revelado que, para a maioria das pessoas, não existem estruturas de crenças, mas opiniões aleatórias. Grande parte do eleitorado não tem uma opinião coerente e não interpreta a política através de uma lente ideológica. Assim, a ideologia não é um componente presente em todos os segmentos do eleitorado, pois informações organizadas, que servem para conceituar o mundo, se encontram em mãos de poucos indivíduos e das elites; entre as massas, as informações estão dispersas e não geram um pensamento sofisticado. A formulação de cunho ideológico depende de um raciocínio abstrato, que não seria encontrada nas camadas mais baixas, pois, nelas prevaleceriam as perspectivas de curto prazo e a disposição a um pensamento do tipo concreto, que dificulta a lide com objetos abstratos.

Nesta escola, os sentimentos do eleitor em relação à política e aos partidos são estabelecidos através da interação entre variáveis estruturais, ambientais e psicológicas, que podem ser entendidas dentro de um quadro de referência, que exporemos a seguir. O eleitor tem um “mapa cognitivo” que também se constrói com elementos emocionais e afetivos. Este mapa é desenhado pela imbricação entre a percepção, a conceituação e a sua inserção no mundo. No que diz respeito ao primeiro aspecto, a realidade é construída através do mecanismo de “desatenção seletiva”, que faz com que o eleitor preste mais atenção aos sinais que ele deseja receber, rejeitando outras informações, o que obscurece a imagem que faz dos partidos e dos políticos. A “conceituação” é produzida a partir da organização destes sinais, o que pode envolver aspectos ideológicos. Finalmente, a “inserção” se dá pela conjunção entre as preferências por partido, que influi tanto no grau de importância que o eleitor atribui à política quanto em

seu posicionamento diante dos candidatos e de temas. A inserção do eleitor pode variar em função de aspectos sociais, como a ocupação de posições de status superior, que se associam empiricamente aos níveis de escolaridade.

A convicção de que a ideologia não é o principal componente da decisão do voto, para a maior parte do eleitorado, foi consolidada na década dos 60, em *surveys* realizados nos Estados Unidos através do Survey Research Center. Nestas pesquisas, solicitou-se aos entrevistados que disertassem sobre a seguinte questão: *Existe algo de particular que lhe agrada (desagrada) nos republicanos (Democratas) e em Eisenhower (Stevenson)?* As respostas deram origem a quatro categorias distintas de conduta eleitoral: benefícios grupais (45%), natureza dos tempos (23%), nenhuma das questões em jogo (17,5%) e, por último, ideologia (15,5%), donde se concluiu que “a maioria dos americanos concebe a política como sendo elaborada por partidos e candidatos que até certo ponto podem beneficiar ou prejudicar grupos sociais e econômicos particulares e produzir algum efeito sobre a bondade ou maldade geral dos tempos que correm. Menos de um quinto do total conceituam a política em termos ‘ideológicos gerais’” (Bone e Ranney, 1966, p. 27).

Uma das principais conclusões dos estudos realizados na década de 60, pela Escola de Michigan é a de que as preferências partidárias condicionam o interesse pela política. A identidade com o partido caracteriza-se pela estabilidade e resistência às influências contrárias.<sup>4</sup> Mas, a essência desta preferência não estaria necessariamente relacionada a conteúdos ideológicos, pois a identidade com partidos é formada no início de vida e no processo de socialização, ou seja, ela é herdada (Campbell *et al.*, 1960). Nas entrevistas

---

<sup>4</sup> Dados longitudinais de três eleições presidenciais (1948, 1952 e 1956). Esses dados foram coletados por meio de entrevistas com os eleitores, realizadas por Campbell *et al.*

realizadas, nas quais foram utilizadas também questões abertas, Campbell *et al.* encontraram que políticas e *issues* desempenham uma reduzida influência nas decisões da maioria dos eleitores; apenas uma pequena parcela exhibe algo próximo a uma ideologia e que os eleitores, com frequência, não sabem qual partido representa tais *issues*.

A ideologia foi tema de intensa exploração, formulação e discussão, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Todavia, não se estabeleceu uma concepção única e consensual sobre sua função e definição. Diane Sainsbury (1986) inventariou a literatura e encontrou propriedades distintas atribuídas ao termo. Uma primeira define a ideologia como “conjunto de valores e crenças compartilhadas por um grupo”; a segunda a distingue pela promoção de estabilidade do sistema político, derivada do seu caráter de resistência e de permanência; em terceiro, um significado que presume que a ideologia se caracteriza por idéias coerentes que formam um corpo consistente. Outros a abordam como crença intensa, comprometimento apaixonado ou como uma idéia global e abrangente, que proporciona uma visão completa da sociedade. Afirma-se ainda que a ideologia se caracteriza pela distorção e simplificação, além de ser orientada para a mudança do *statu quo*.

Com respeito às teorias da ideologia a partir de suas funções, observou-se que a mesma é pensada como tendo a função de guiar a política; de legitimar e justificar objetos políticos, como as instituições e também deslegitimá-los; como geradora de conflitos ou mesmo como tendo a função de mobilizar grupos e pessoas. No entanto, o realce a cada um destes aspectos foi diferenciado entre os autores, e muitos enfoques a caracterizam mais a partir de sua natureza abrangente, pelo empenho apaixonado daqueles que aderem a uma ideologia e por ser comum a um grupo. A característica mais atribuída à ideologia foi o seu caráter de “batalhas de idéias apaixonadas”. No entanto, para a compreensão do

comportamento eleitoral, chamam atenção os estudos de Converse, que destacou o aspecto sistemático da ideologia, conforme diz Sainsbury (1986) num texto em que comenta:

The systematic aspect was also emphasized by Philip Converse (1964), who perhaps can be regarded as an end of ideology writer –at least in the sense that the findings reported in his influential article were grist for the mill of the end of ideology. Converse preferred the term belief system instead of ideology but he tended to equate the two (1964, 208). To the extent he used the two terms interchangeably more or less automatically incorporated the systematic component his conception of ideology. He defined a belief system as “a configuration of ideas and attitudes in which the elements are bound together by some form of constraint or functional interdependence” (1964, 207). The systematic nature of ideology in Converse’s analysis was additionally underlined by labelling individuals beliefs displayed a high degree of constraint –or interrelatedness– as ideologues (Sainsbury, 1986, p. 115).

Mesmo que o modelo psicológico de Converse tenha sido bastante influente para a discussão da ideologia no comportamento eleitoral, ele encontrou críticas contundentes. Key (1966) contestou imediatamente *The American Voter* com uma publicação em que afirmava que “os eleitores não são tolos!”. Para Key, os eleitores se preocupam sobretudo com os resultados das políticas e, para isto, fazem uma análise retrospectiva e racional.

Com visão distinta da Escola de Michigan, na teoria da escolha racional, que teve Anthony Downs como principal referência, a ideologia é proposta como elemento chave para a explicação do comportamento eleitoral, influenciando o eleitor na promoção da identificação com partidos. Mas, ressalva que “é a incerteza que permite que os partidos desenvolvam ideologias como armas na disputa pelo poder” (Downs, 1998, p. 117). Esta abordagem se diferencia também da corrente sociológica, pois, menos que um sentido de

representação de classes, as ideologias têm “utilidade”. Os partidos percebem que os eleitores são seduzidos por algumas crenças, úteis para a obtenção de votos. Através deste parâmetro, procurou formalizar os mecanismos de atuação da ideologia por meio de uma teoria espacial, elaborada a partir de estudos de duopólios, originados na economia.

No enfoque downsiano, a repartição dos eleitores na escala político-ideológica de direita e esquerda seria crucial para decisão de voto e para a emergência e estratégias dos partidos. A ideologia funcionaria como um atalho cognitivo para o ato de votar, ao eliminar as arriscadas análises retrospectivas e reduzir o custo de se estar constantemente informado sobre uma série de temas complexos. Entretanto, para que a ideologia seja um “atalho racional”, ela deve ser capaz de prever as ações do partido, no futuro. Por isso, os partidos devem conter ofertas ideológicas e serem confiáveis. Isso supõe vínculo entre as propostas declaradas pelos partidos, durante a campanha eleitoral, e as suas ações ao governar ou atuar no legislativo, pois o eleitor julga mais os resultados que as declarações políticas. Esta conexão reduz as incertezas e baliza o cálculo do eleitor, além de manter a confiança nas organizações partidárias, que devem agir com responsabilidade, no governo. Em síntese, do ponto de vista do partido, a ideologia não é um fim em si mesmo, mas um meio; ela é útil para que os partidos obtenham votos e, assim, possam ter cargos políticos.

Com um foco nos parâmetros de Downs, mas com modificações, Popkin *et al.* (1976), revisitaram os dados do Survey Research Center (SRC), para questionar as conclusões da teoria desenvolvida pela Escola de Michigan. Os autores argumentam que o eleitor é um investidor e o voto um investimento. O modelo elaborado baseia-se em quatro itens: (a) os custos da informação, no qual os autores argumentam sobre a existência de uma *racionalidade com baixa informação*; (b) os partidos políticos, em

que são as posições dos indivíduos sobre as questões que afetam o partidatismo, e não o contrário; (c) candidatos e questões, em que os candidatos são selecionados por sua competência para implementar os valores e temas do eleitor; e (d) a ideologia. Segundo Popkin *et al.*, a ideologia foi confundida como um “sintoma de pensamento sofisticado sobre a política”. No entanto, a ideologia é o oposto disto. Ela é necessária quando a informação é incompleta ou inexistente, justamente para reduzir os custos das escolhas. Assim, não faz sentido afirmar que eleitores mais consistentes sejam mais ideológicos.

Os modelos de análise que supõem a ideologia como um componente da conduta eleitoral presumem que eleitores sejam racionais, o que os levaria a escolher partidos com posições semelhantes às suas crenças individuais. No entanto, para que os eleitores possam agir racionalmente, eles devem ter informações e, para isso, os partidos devem apresentar sua posição ideológica em seus programas, em campanhas eleitorais ou em suas ações práticas. Contudo, muitas análises argumentam que, em inúmeros países democráticos, o que se observa é o reduzido uso da ideologia nos enunciados partidários e um sistema representativo em relativa “crise” (Mainwaring, 1999; Dalton, 2000; Dalton, McAllister e Wattenberg, 2000).

Na América Latina, a reduzida participação da ideologia no cálculo dos votantes, pode ter conexão com o julgamento que os eleitores fazem dos sistemas políticos e dos partidos, que parecem não atender aos pressupostos dowsianos de “confiabilidade e responsabilidade”, sem os quais estas organizações não seriam preditores precisos das condutas dos políticos. O Informe do Latino Barômetro de 2008 científica que, em média, 44% das pessoas concordam que a democracia é possível sem partidos políticos, 70% ajuízam que estas organizações fazem um trabalho mau ou muito mau e 79% têm pouca ou nenhuma confiança nos

partidos, além da metade ter afirmado que vota desconsiderando o partido político do candidato. Nota-se, entre os latino-americanos, uma opinião pública insatisfeita com o funcionamento das instituições representativas, como o Congresso e os partidos políticos. O contraponto a esta percepção negativa do sistema político é a de que “os eleitores os reconhecem [os partidos políticos] ainda como referentes, apesar dos sentimentos antipartidários das elites, da abertura de muitos regimes políticos para a participação de setores independentes e da desconfiança manifesta de muitos cidadãos” (Alcántara e Freidenberg, 2002, p. 139).

Em que pese a estabilização do sistema partidário na América Latina, estas opiniões, captadas pelas pesquisas, indicam pouca confiança ou mesmo descrença nas organizações partidárias e nos políticos, o que pode conduzir a um voto conjuntural e mais focado nos atributos pessoais do candidato do que nos aspectos ideológicos. Como consequência, observam-se constantes mudanças nas escolhas políticas, entre pares de eleições. E, se a volatilidade varia de acordo com a identidade partidária, pode-se esperar que padrões estáveis de voto sugiram tanto a penetração dos partidos na sociedade quanto a distribuição de ideologias, entre os eleitores. Neste aspecto, a teoria desenvolvida por Downs se afasta da escola psicológica, para a qual, se as preferências partidárias são centrais para organizar as condutas políticas, elas nem sempre são ideológicas.

Tem-se, portanto, que, no modelo downsiano, os partidos organizam as disputas, reduzem os graus de liberdade das escolhas dos eleitores e atuam na estabilização do sistema político, desde que sejam portadores de ideologias e sejam confiáveis, perante a opinião pública. Neste sentido, eleitores somente podem se posicionar ideologicamente em eleições na medida em que existam ofertas ideológicas correspondentes. Com base nestes pressupostos, um sistema partidário composto por partidos não ideológicos impossibilita condutas

“racionais” por parte dos eleitores. Como as informações consideradas pelos eleitores para a realização dos cálculos não são completas, os resultados produzidos por suas escolhas não podem ser controlados, por isso, as conseqüências podem ser inesperadas ou mesmo desastrosas.<sup>5</sup>

O argumento que presume a reduzida participação da ideologia na decisão do voto, por parte da maioria do eleitorado latino-americano, é reforçado pelos achados sobre a conduta do eleitor argentino, conforme análise de Catteberg e Braun (1989). Diferentemente da posição de alguns analistas, que argumentavam que os argentinos se articulavam politicamente através das ideologias, os autores afirmam que porção importante deste eleitorado não conhece as definições de direita e esquerda e não se posiciona a partir destes conceitos; os partidos não tem posição muito definida e, por isso a composição do seu eleitorado é plural. Como fonte para a pesquisa, os autores fizeram uso de duas bases empíricas. A ideologia foi mensurada através da distribuição do auto-posicionamento dos eleitores na escala direita-esquerda e por questões sobre atitudes e valores.<sup>6</sup> Ainda que neste estudo a proporção de pessoas que souberam se auto-localizar nesta escala crescesse de acordo com o aumento da renda, grande parte delas não respondeu ou não soube se auto-posicionar (em torno de 45%); tampouco conseguiram definir os significados das expressões “direita”, “esquerda” e “centro”. Entre aqueles

---

<sup>5</sup> Na escolha racional, há outras interpretações sobre o papel da informação na racionalidade. Popkins (1994) supõe outro padrão, com base em informações incompletas, que também produzem decisões racionais. Fiorina (1981) considera o voto retrospectivo como uma combinação baseada nas expectativas sobre o futuro e o bem estar, sendo considerado como um padrão racional.

<sup>6</sup> Variáveis utilizadas: auto-localização na escala esquerda-direita; significado atribuído à esquerda e direita; atitudes em relação a temas políticos e valores; indicação da localização dos partidos no *continuum* direita esquerda.

que souberam se classificar nesta escala, a maior faixa se encontrava distribuída ao centro; os eleitores à “direita” ocuparam proporção um pouco maior do que aqueles que declararam ser de “esquerda”.

O estudo realizado asseverava que a ideologia tinha limitada inserção na cultura política e portanto apresentava pouca influência sobre a conduta eleitoral dos cidadãos da Argentina. Para os autores, isto pode ser explicado não somente pelo desconhecimento dos conceitos de esquerda e direita por grande parte do eleitorado, mas também pela proximidade ideológica entre os dois principais partidos argentinos que, ademais, eram internamente bastante heterogêneos. Além disso, concluiu-se que estas características poderiam conduzir a um elevado potencial de volatilidade, com a conseqüente influência de fatores conjunturais na decisão do voto. Neste quadro, são ampliados os espaços para a construção de referências políticas e lideranças de natureza personalista.

Num estudo clássico sobre o comportamento político em municípios médios brasileiros, Reis *et al.* (1978) analisam as eleições municipais de 1976, realizadas em quatro cidades de porte médio: Caxias do Sul (RS), Juiz de Fora (MG), Niterói (RJ) e Presidente Prudente (SP). Com base nos fundamentos derivados da psico-sociologia, tratam da conexão entre o voto, a ideologia, a identificação partidária e a adesão aos temas políticos. Naquele momento, em que o Brasil estava sob o jugo de um regime autoritário e sob um sistema bipartidário, a preocupação central era tentar compreender os padrões que se associavam ao voto no partido de “situação” (Arena, Aliança Renovadora Nacional) e de “oposição” (MDB, Movimento Democrático Brasileiro).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> O bipartidarismo (1966 a 1979) possuía dois partidos políticos: Arena e MDB. A Arena foi criada em 1965, para dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do Golpe de 1964; o MDB, organizado

Reis introduziu os conceitos de “centralidade”, desenvolvido a partir do equivalente à “inserção”, e de “sofisticação”, para analisar o comportamento dos eleitores. As conclusões reiteram os estudos seminais da Escola de Michigan, ao sugerir que as identificações partidárias, na maior parte do eleitorado, se estabeleciam a partir de simpatias. Reis cunhou a expressão “Síndrome do Flamengo”,<sup>8</sup> para nomear a conduta destes eleitores, que acompanham a política como torcedores de equipes desportivas. A conclusão é que parte significativa do eleitorado se dirige às urnas e decide seu voto a partir das imagens que captam dos partidos, votando como torcedores, ao passo que na conduta de uma minoria podem ser encontrados “sofisticação” e ideologia, derivadas do acesso às informações mais completas e organizadas oferecidas, sobretudo pela escolarização.

Para rever as conclusões da literatura internacional e nacional, que consideravam que o eleitor não estrutura seu pensamento de modo ideológico, André Singer (2000) procurou demonstrar a importância desta variável para a decisão de voto no Brasil. Ele realizou seus estudos com os dados das eleições presidenciais brasileiras de 1989 e 1994. Nestas eleições, saíram respectivamente vitoriosos os candidatos Fernando Collor de Mello, do Partido da Renovação Nacional (PRN), de direita, e Fernando Henrique Cardoso, em 1994, eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, numa coligação de centro-direita. Ambas as eleições foram polarizadas com o candidato Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda, que se classificou em segundo lugar nas disputas. A ideologia foi conceituada como identificação ou sentimento

---

em fins de 1965 e fundado em 1966, abrigou os opositores do Regime Militar. A Arena era chamada de “situação” e o MDB, de “oposição”.

<sup>8</sup> O Flamengo é uma referência ao time de futebol, então o mais popular do Brasil.

ideológico e, diferente de estudos anteriores realizados no Brasil, ela foi medida através do posicionamento do eleitor no *continuum* esquerda-direita.

Nas pesquisas, o autor observou-se que 60% do eleitor brasileiro desconhece o sentido clássico atribuído aos termos esquerda e direita. Ainda assim, o voto para presidente encontrou-se associado à auto-localização do eleitor nesta escala; ela se revela mais forte, quando comparada com outras variáveis e, por isso, a conduta ideológica tem se mostrado estável ao longo do tempo. Como explicar esta disparidade entre a pouca informação sobre os significados de esquerda e direita e as conclusões a que chegou o autor? A resposta está em que ele atribui à ideologia uma conotação mais flexível, utilizando conceito distinto ao de Reis. Singer usa a escala linear como indicador de posicionamento ideológico, considerado como uma combinação entre o voto por imagem (Sartori, 1982) e o sentimento ideológico (Levitin e Miller, 1979). A explicação é a de que o conhecimento da escala é intuitivo: “Esse sentimento permite ao eleitor colocar-se na escala em uma posição que está de acordo com suas inclinações, embora não as saiba verbalizar. [...] Essa intuição ideológica está associada a um conjunto de opiniões que representam [...] o modo pelo qual o eleitor enxerga a sociedade.” (Singer, 2000, p. 143).

Estas polêmicas conclusões tiveram o mérito de reacender os debates sobre a conduta ideológica no Brasil. Almeida e Young (2002) verificam a capacidade desta categoria para prever a direção do voto, utilizando-se de índices construídos a partir de variáveis políticas e sociológicas. Tratou-se de uma pesquisa-piloto, realizada no município do Rio de Janeiro, em dezembro de 2001, com a análise dos votos nos então prováveis candidatos nas eleições presidenciais que ocorreriam em 2002 –Anthony Garotinho (PSB), Lula da Silva (PT), Roseana Sarney (PFL) e Ciro Gomes (PPS). Também foi introduzido o voto em

Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, para as eleições presidenciais de 1998. No modelo, foram introduzidas questões sobre os sentidos clássicos atribuídos ao eleitor de direita e esquerda, retiradas dos *National Election Studies*, tais como percepção da função do Estado sobre a condução da economia e direitos individuais. Agregaram ainda variáveis “tropicais”, isto é, elementos não-modernizantes e contrários ao construto teórico utilizado por Max Weber para refletir sobre a modernidade, tais como a perspectiva de “racionalidade”, a ética de responsabilidade, a institucionalização dos procedimentos e impessoalidade nas relações Estado-sociedade. Os autores inseriram variáveis culturais que seriam distintas da perspectiva weberiana, como a aceitação do “jeitinho”, as condutas éticas questionáveis e as percepções personalistas e fatalistas da política.

Além das variáveis políticas e culturais, os autores usaram a escala ideológica da direita à esquerda. Considerando que estas variáveis não seriam suficientes para entender o comportamento eleitoral, eles propuseram a elaboração de índices para avaliar a ideologia, tais como: nacionalismo econômico, liberalismo regulatório, liberalismo em relação à propriedade e patrimonialismo. O estudo cria uma tipologia, que classifica os eleitores nos tipos delegativo e não-delegativo. Alguns dos achados levaram os autores a afirmar o componente ideológico do voto, pois os eleitores alinhavam-se ideologicamente aos candidatos. O estudo conclui:

É possível diferenciar o eleitorado segundo características de visão de mundo, que variáveis desta natureza são importantes para explicá-la o voto em candidatos a presidente (explicam aproximadamente 30% do voto), e que as dimensões ideológicas relevantes não se resumem apenas ao contínuo esquerda-direita, tradicionalmente utilizado nos países desenvolvidos, mas que há um outro contínuo igualmente relevante para o modelo explicativo, o eixo delegativo-não-delegativo (Almeida e Young, 2002, p. 28).

Após estar ausente da literatura brasileira, a escala de ideologia esquerda-direita voltou a ser utilizada (Carreirão, 2002, 2007, 2008; Veiga, 2007; Samuels, 2008). Fazendo uso deste instrumento, outras pesquisas foram realizadas, seja no sentido de capturar o perfil dos identificados com os partidos, seja para verificar a associação entre ideologia e voto. Estes estudos foram, em sua maioria, realizados a partir das bases de dados produzidas pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB),<sup>9</sup> com foco nas eleições presidenciais. Veiga (2007) chama atenção para o fato de que não se nota correspondência, no eleitorado, entre a ideologia e a identidade nos partidos; Carreirão (2007) descobre nas eleições de 2006, um alto índice de não respostas a esta questão, ainda que entre os mais escolarizados as frequências com que se auto-posicionem seja maior que entre os de baixa escolaridade. Samuels (2008) utiliza a mesma escala para definir os padrões de comportamento do eleitorado petista e encontra que, na comparação entre 2002 e 2007, a ideologia não prediz mais o *petismo*, dissociando os identificados com o PT com a ideologia de esquerda, e localizando moderação no petista médio. Lavareda e Telles (2011) observaram que, em algumas capitais brasileiras, nas eleições municipais de 2008, o posicionamento ideológico, mensurado por esta escala, não foi capaz de explicar o voto para prefeito.

Em que pesem as divergências, muitos concordam quanto ao baixo grau de informação e ao caráter pouco estruturado e difuso das opiniões políticas da maioria dos eleitores e, em segundo lugar, com o fato da decisão de voto estar “fortemente estruturada pelas ‘imagens políticas’ e

---

<sup>9</sup> O ESEB é uma pesquisa pós-eleitoral baseada em amostra probabilística da população brasileira, que segue parcialmente o modelo do *National Election Studies* (NES), norte-americano. Os dados coletados são referentes a valores, percepções e visões de mundo relacionado com a política e com as instituições sociais. O foco do ESEB é a identificação e o aprofundamento das explicações sobre o comportamento eleitoral.

avaliações que o eleitor faz de algumas características pessoais dos candidatos em disputa” (Borba, 2005, p. 161). Pode-se afirmar que a ideologia não é componente importante do voto? As condutas do eleitorado brasileiro estão sendo modificadas e se tornando mais moderadas? Quaisquer que sejam as respostas encontradas, o que iremos argumentar, neste artigo, é que, independente da ideologia ser um componente na decisão do voto, trata-se antes de *testar* a viabilidade metodológica do uso da escala esquerda-direita como melhor instrumento para se aferir ideologia, no Brasil, do que descartar ou assumir a hipótese da ideologia como componente do voto: a escala é suficiente para captar e mensurar ideologias?

## 2. Hipótese

### 2.1. A escala esquerda-direita: sentidos polissêmicos

A escala esquerda-direita tem sido usada para captar condutas ideológicas. Contudo, alguns estudos apresentados (Singer, 2000; Carreirão, 2007; Telles, 2008) também demonstram que essas posições não são perfeitamente compreendidas pelos votantes brasileiros, de acordo com a mesma aceção atribuída pela Ciência Política, que confere aos conceitos de esquerda e de direita posições antagônicas em relação a temas econômicos e políticos. Ainda que o eleitor possa votar selecionando ideologias, o eleitorado possui compreensão nebulosa dos significados dos termos “ser de esquerda” ou “ser de direita” e este desconhecimento pode conduzi-lo a se situar de modo incongruente nesta escala.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> As causas para esta incompreensão do termo podem ser inúmeras, desde o argumento de ausência de vínculos entre partidos e os eleitores, ou até mesmo em função das características do arcabouço político-

Assim, muito embora em países com democracia consolidada a escala possa ser utilizada com algum êxito como preditor de identidade ideológica, nossa hipótese é a de que ela, quando utilizada isoladamente, não se constitui em um instrumento suficiente para aferir conduta ideológica no Brasil. Em lugar de ideologia, assumimos que esta escala tem sentidos múltiplos, que são conferidos pelo eleitor. Tais conceitos não correspondem necessariamente aos padrões clássicos apontados pela literatura para os termos ideológicos “direita” e “esquerda”. Assim, a direita pode representar “situação” ou partido de governo e esquerda, a “oposição” ou partidos que estão “fora” do governo. Além disso, a escala resume outras predisposições e condutas, nem sempre coerentes com o sentido que a Ciência Política atribui aos termos. Ela também agrega eleitores a partir da percepção das situações conjunturais, como o julgamento dos governos. Antes de ser síntese ideológica, o uso da escala pode ser melhor instrumento para aferir atitudes mais complexas, mas nem sempre relativas aos conceitos mais ideológicos de direita e esquerda.

Esta conjectura é reforçada pelos achados de Holzhacker e Balbachevsky (2007). Numa análise comparativa entre as eleições presidenciais de 2002 e 2006, utilizando os dados

---

institucional brasileiro. Alguns autores argumentam que o sistema político brasileiro ainda não foi capaz de produzir diferenciações ideológicas substantivas entre os partidos, condição preliminar para que as escolhas eleitorais possam ser balizadas por critérios igualmente ideológicos. Outros defendem que o sistema caminha em sentido de sua consolidação. E, ainda supondo que os partidos abrigassem ideologias, a maioria do eleitorado as desconhece, pois estas não são publicizadas nas campanhas. Estudo realizado por Kinzo (2005) na Região Metropolitana de São Paulo revela que os vínculos entre partidos e eleitores são inconsistentes, mas que este padrão deve-se menos ao apartidarismo do eleitor do que ao desconhecimento dos partidos.

de duas bases nacionais (Estudos Eleitorais Brasileiros, 2002 e 2006), Holzhacker e Balbachevsky encontraram que em 2002 houve grande relevância da variável de auto-posicionamento ideológico nas eleições para presidente, em que estar localizado à “esquerda” favorecia o voto em Lula da Silva, candidato de oposição. Contudo, em 2006, quando da reeleição de Lula da Silva, então presidente do país, a variável de auto-identificação não teve capacidade preditiva, tendo maior relevância no voto a simpatia por Lula.

Também os resultados de Veiga (2007), que não encontram correlação na distribuição que os eleitores fazem dos partidos nesta escala, e os de Samuels (2008), que utilizou a escala como indicador de identidade ideológica, corroboram nossa hipótese. Samuels encontrou que o posicionamento de esquerda deixou de estar associado ao *petismo*, tão logo o PT passou a ser Governo Federal, apesar de estar correlacionado aos identificados com o PT, quando o partido disputou como oposição, em 2002.

Estes achados –as mudanças na distribuição do eleitorado nesta escala, como observado pelas últimas pesquisas– podem ser lidos não somente como ausência de posicionamento ideológico ou ativação de outras posições, mas, alternativamente, pode-se supor que estas mudanças ou o surgimento de outras variáveis para explicar o voto, como a simpatia por Lula, nas eleições de 2006, devem-se às leituras incongruentes do eleitorado sobre os termos esquerda e direita.

Para a interpretação dos significados atribuídos pelo eleitor comum a esses conceitos, deve-se considerar o arcabouço sobre o qual estas idéias estão sendo construídas. Lavareda (1991) demonstrou que em 1963, antes do Golpe Militar de 1964, 87% dos eleitores sabiam se colocar na escala esquerda-direita. Por um longo período (1964-1985), os militares governaram o país,

sendo identificados como um grupo ideologicamente à direita. De outro lado, as forças de esquerda atuavam na oposição. Muitas das organizações de esquerda agiam fora da ordem institucional estabelecida e esta escolha estratégica permitiu que, ao significado de esquerda, fossem conferidos outros sentidos, tais como o de grupo político que age “fora da ordem”. A longa duração do regime autoritário predispôs uma memória histórica que associa politicamente direita a governo e esquerda à oposição. Mesmo porque, diferente de outros países que também passaram por ditaduras, no Brasil foi permitida a atuação de partidos políticos, que se identificavam explicitamente como apoiadores do governo, Arena, e oposicionistas, o MDB.

Os partidos de direita foram hegemônicos durante longo período da história política brasileira. De 1985 até 2002, estes partidos participaram do governo federal, seja no executivo, seja nas coalizões. De acordo com Maiwaring, Meneguello, Power (2000), estes partidos são mais favoráveis às políticas econômicas neoliberais e mais conservadores em questões como a lei e a ordem, o aborto, a moralidade e a família.

From 1964 until 1985, the Left-to-right divide was expressed above all in attitudes towards military rule and democracy; the Right supported military rule, while the Center and Center-left were democratic. This cleavage persisted, albeit in weakened form, in the first few years after the end of military rule in 1985. In the 1987 constitutional congress, conservative parties were more likely than other to support some authoritarian positions. They defended controversial military policies such as unpublished executive decrees, the unlimited secret classification of government documents, and a blanket refusal to acknowledge human rights abuses committed after the 1964 coupe (Mainwaring, Meneguello, Power, 2000, p. 178)

A coincidência histórica entre a direita no governo (os militares) e a esquerda na oposição foi ainda mais reforçada na primeira eleição pós-redemocratização, em 1989, quando um candidato identificado com a direita foi alçado à Presidência do País, tendo seu mandato interrompido em seguida (1992). De 1995 a 2002, o Brasil foi governado pelo PSDB, através de coligações de centro-direita (PSDB / PFL). Contudo, a alteração das forças que controlam o governo, com a chegada de um grupo de esquerda que começou a governar em 2003, não correspondeu à renovação substantiva nos conceitos de esquerda e direita. A alternância das elites políticas no governo federal – com o rodízio entre o PSDB e o PT – produziu antes indistinção que diferenciação conceitual entre direita e esquerda. Ao governar o País, o PT passa a ser o partido da situação, que é o teor mais freqüentemente atribuído a “ser de direita” e, portanto, passa a ser alocado pelos eleitores ao lado direito da escala.

A mudança de posicionamento dos partidos não produziu variações conceituais profundas, tanto porque os termos já se encontravam bastante arraigados no eleitorado, exposto ao regime autoritário, quanto porque as alterações no sentido das palavras correspondem a um processo de longa duração. Pode-se ajuntar a esta memória histórica, elementos da ação política imediata. A vitória do PT e sua conseqüente competência como gestor do Governo Federal tornaram estes códigos ainda menos precisos, tanto porque algumas políticas macroeconômicas permaneceram semelhantes à dos governos anteriores, quanto porque o novo governo não assumiu uma auto-identificação explícita como sendo “de esquerda”, ao contrário, o próprio mandatário renegou essa identidade, em diversas ocasiões.

Ademais, os próprios parlamentares dos partidos de direita tratam de ocultar suas posições, tendo em vista

que ao assumirem-se como de direita, podem reduzir suas chances de êxito eleitoral, pois “direita” foi por muito tempo associada à adesão ao Regime Militar. Em *surveys* realizado com os parlamentares do Congresso Nacional (1990, 1993, 1997) e através da análise da votação, Maiwaring, Meneguello, Power (2000) observaram que os partidos conservadores podem ser agrupados por suas posições programáticas semelhantes. Entretanto, seus representantes no legislativo não se apresentam para o público de uma maneira ideológica. Quando perguntados em quais pontos se alocavam na escala de esquerda e direita, os parlamentares dos partidos conservadores se colocaram mais à esquerda do que seus próprios partidos. Isso levou os autores a resumirem este comportamento com a seguinte oração: *My party may be conservative, but I am not.*

Analisar o sentido e o posicionamento do eleitor nesta escala no plano das eleições municipais é tarefa das mais complexas. Como se sabe, o sistema eleitoral brasileiro é ainda mais intrincado do que outros sistemas latino-americanos, de democracia também recente. As regras que balizam as disputas no Brasil permitem que os partidos realizem coligações no plano das eleições municipais sem uma coalizão correspondente para as nacionais. Partidos da base governista, aliados em votações realizadas no Congresso Nacional, muitas vezes são renhidos adversários nas disputas para prefeitos. Aliados à ‘situação’ no plano federal, os mesmos partidos podem se alinhar com a oposição, no plano municipal. No interior desta emaranhada rede de relações políticas é que se insere a discussão que será levada a cabo por este artigo.

Mesmo se hipoteticamente a escala não é indicador de ideologia, ela se presta a medir outros fenômenos. Nossa hipótese é a de que os eleitores distribuem os partidos

nesta escala, tendo como base diversos conceitos, entre os quais, os critérios de “oposição e situação”. A direita representa a situação; a esquerda, a oposição. Tal conexão também poderá ser encontrada no modo como o eleitorado aloca os partidos e seus respectivos candidatos nesta escala. Entretanto, a escala não se resume tão somente a esta qualificação. Esta compreensão da escala traz outras conseqüências: a avaliação das ações governamentais também pode condicionar o auto-posicionamento de parcelas dos eleitores em um dos pontos da escala.<sup>11</sup> A distribuição na escala depende do quanto o indivíduo se encontra satisfeito com o partido ou mandatário no poder. Assim, a disposição do eleitor nesta escala pode funcionar como *síntese* de avaliações das políticas dos partidos nos governos e como um modo de identificar a posição dos partidos que governam ou atuam no parlamento. Pode também agrupar eleitores por *issues* e por valores.

Este artigo faz parte de um esforço para interpretar os conteúdos que podem ser atribuídos a esta escala, buscando compreender não somente como os eleitores se alocam, mas quais os atributos que compõem o perfil dos eleitores agregados em igual segmento do *continuum*. Qual é o perfil político dos eleitores que se auto-localizam na escala? Existe alinhamento entre este posicionamento e o voto?

Diante de toda essa complexidade, esse artigo analisará, a partir de dados empíricos, as relações entre a posição dos eleitores na escala, a sua posição socioeconômica e a adesão a temas, buscando verificar a lógica que os eleitores utilizam para alocar partidos, candidatos e eles mesmos,

---

<sup>11</sup> As avaliações podem ser realizadas pelas imagens, por políticas efetivas ou mesmo por contemplarem ganhos para o indivíduo ou o seu grupo. Neste sentido, de fato, a ideologia pode funcionar como filtro para a avaliação.

nessa escala. Nosso objetivo é identificar a existência de desvios e similitudes entre grupos de eleitores que se auto-posicionam à esquerda e à direita, bem como analisar o que orienta o eleitor na distribuição de candidatos e partidos nessa escala.

As seções a seguir desenvolvem este argumento. Apresentaremos a intenção de voto para prefeito nas eleições municipais de 2008, em Belo Horizonte e, em seguida, iremos tipificar tais eleitores de acordo com escolaridade, classe social, preferência partidária, adesão a temas da política, confiança nas instituições e avaliação dos governos. A expectativa é que os eleitores de um mesmo ponto da escala manifestem comportamentos homogêneos em relação a cada uma destas variáveis, ainda que não se suponha coerência entre os diversos blocos de variáveis.

Além de análise descritiva, serão realizadas análises multivariadas e de componentes principais, no sentido de verificar quais conteúdos políticos foram capazes de agrupar os eleitores numa mesma posição. Os dados a serem analisados foram coletados através de dois *surveys* realizados no primeiro e no segundo turnos das eleições municipais de Belo Horizonte (MG) de 2008. O primeiro *survey* amostrou 800 eleitores e foi realizado entre os dias 23 e 27 de setembro de 2008. O outro foi feito no segundo turno, com 800 eleitores, entre 19 a 22 de outubro de 2008.

### **3. Análise dos resultados: distribuição na escala e posição dos eleitores**

Conforme tratado por Telles, Lourenço e Storni (2009), em 2008, a cidade de Belo Horizonte, então governada pelo prefeito Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores

(PT), passou por uma eleição atípica em sua história política. O empenho de grupos petistas locais na construção de uma aliança formal entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT, o elevado número de indecisos, as significativas mudanças observadas nas preferências dos eleitores durante todo o processo eleitoral deram a esta eleição um caráter bastante complexo. As eleições permitiram que a aliança entre PSB e PT persistisse no governo da cidade. A chapa liderada por Márcio Lacerda, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), conseguiu vencer no segundo turno, com 59,1% dos votos, derrotando o deputado federal Leonardo Quintão, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Esse resultado apenas confirmou uma situação que se colocou desde 1993, quando, pela primeira vez, o PT, assume a administração da capital mineira. O que se seguiu após a primeira administração petista foi o rodízio com outro partido também de esquerda: o PSB. Por isso, a articulação de uma aliança entre o PT e o PSDB, adversários no plano nacional, desejada pelo governador do Estado de Minas, Aécio Neves, e pelo prefeito da cidade, Fernando Pimentel, contava com muitas restrições por parte da direção nacional do PT.

A oposição, na disputa municipal, foi representada no primeiro turno por Jô Moraes, candidata pelo PC do B. Lacerda, candidato pelo PSB em coligação com o PT, pretendia representar a situação, mas o papel de opositor neste jogo não foi aceito por Leonardo Quintão, candidato pelo PMDB. Este rejeitou o atributo de opositorista, apresentando-se como o melhor nome para continuar o modelo de gestão política do município. A disputa se caracterizou pela ausência dos partidos políticos na campanha, pela inexperiência dos concorrentes em cargos executivos e pela ausência de um claro candidato opositorista, no segundo turno. As

características da conjuntura eleitoral –aliança informal no plano local entre dois partidos adversários na esfera nacional– atuaram no sentido de obscurecer tanto as ideologias quanto as posições dos partidos como representantes da situação ou da oposição. Através de um modelo de regressão logística multinomial, Telles, Lourenço, Storni (2009) concluíram que entre as variáveis selecionadas –distribuição na escala esquerda-direita, avaliação de governos, campanha eleitoral, avaliação da vida econômica e pessoal, preferência por partidos políticos, gênero, idade, renda familiar e escolaridade– a auto-localização do eleitor na escala esquerda-direita *não esteve associada ao voto para prefeito*: os elementos da campanha, particularmente a exposição e avaliação do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, foram os que mais influenciaram o voto nos candidatos, tanto no primeiro, quanto no segundo turno.

### **3.1. Os atributos da escala esquerda-direita na percepção dos eleitores**

Pesquisas quantitativas com questões abertas e, especialmente, entrevistas qualitativas, conseguem identificar melhor os mecanismos que formam o mapa cognitivo do eleitor, seu posicionamento ideológico e os significados que ele atribui aos termos esquerda e direita. O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa que coleta informações acerca do significado conferido a temas, num contexto de interação entre diversos entrevistados. A técnica permite verificar qual o juízo que se faz sobre algum conceito ou idéia e proporciona uma maior interação entre pesquisador e pesquisado, no sentido de se captar as opiniões expressas por um grupo. Assim, os dados produzidos se tornam confiáveis. As inferências

extraídas a partir das investigações sobre estes grupos focais não têm validade estatística, mas expressam significados e jogos de interpretação que revelam tendências comportamentais, associadas aos contextos dos quais advêm os participantes e às suas formas de cognição. Utilizada de forma complementar ao *survey* ou a outros instrumentos, a técnica dos grupos focais pode produzir bons resultados.

Em Belo Horizonte, foram realizados 5 grupos focais antes do início da campanha, com eleitores do Partido dos Trabalhadores e eleitores voláteis, agrupados por nível de escolaridade e distribuídos em regiões diferentes da cidade.<sup>12</sup> Nestes grupos puderam ser observadas aceções distintas para os termos direita e esquerda. Mas, em relação a estes temas, não se encontrou um significado similar e consistente, mesmo com o controle de escolaridade e identidade partidária no recrutamento dos participantes. Com pouca convicção, e mesmo declarando dificuldade em tratar do tema, os eleitores apresentaram suas interpretações sobre esquerda e direita, resumidas no quadro 1.

---

<sup>12</sup> O procedimento de realização de grupos focais foi constituído pelo planejamento das formas das questões, pelo recrutamento de participantes, pela composição dos grupos, pelo registro das informações durante a sua realização, pela transcrição e pela análise de dados. Durante a seleção da amostra para compor os grupos foram tomados cuidados na seleção das características relevantes para os problemas e hipóteses mais gerais. O processo de seleção e categorização como eleitor do PT e eleitor volátil foi bastante complexo, porque não foi baseado em pergunta direta, mas numa pontuação, que foi estabelecida a partir do número de votos dados para os partidos, em eleições distintas. Para detalhes da metodologia utilizada, ver Telles (2008).

Quadro 1. Percepção de direita e esquerda dos eleitores (Grupos Focais)

	Eleitores de <b>Baixa</b> Escolaridade		Eleitores de <b>Alta</b> Escolaridade	
<b>Escala</b>	<b>Característica</b>	<b>Partidos denominados</b>	<b>Característica</b>	<b>Partidos denominados</b>
<b>Ser de Esquerda é...</b>	ser oposição ao governo	PC do B PT <b>PTB</b> PV PDT PSOL	ser oposição ao governo	PC do B PT PDT PSOL PSTU PSDB <b>PL</b>
	ser radical		apresentar alternativas	
	ser errado		discordar	
	não cumprir promessas		ter filosofias	
	fazer greves		socialistas/comunistas	
	fazer o contrário daquilo que é certo		ter ações diferentes	
	governar para os pobres		buscar maior igualdade	
	interessado em resolver os problemas sociais		ter interesse em resolver os problemas sociais	
<b>Ser de Direita é...</b>	trabalhar em equipe, unidos.	<b>PT</b> PSDB PMDB PFL	ser conservador	<b>PT</b> PSDB PMDB DEM
	preocupar-se com a população		relacionar-se à burguesia /latifúndio/grande empresa	
	cumprir o combinado		ser governo	
	fazer as coisas corretamente		estar próximo à elite/ aos empresários	
	ser governo		ser liberal	
	transmitir confiança			
	ser algo que todo mundo quer			

Fonte: Relatórios dos grupos focais (Telles, 2008).

Pode-se notar que os conceitos de direita e esquerda não possuem significados similares e, a maior parte do grupo de eleitores desconhecia o sentido exato dos termos apresentados. Aos partidos de direita são atribuídas ênfases nos aspectos de governo e do *statu quo*; o sentido de esquerda é usualmente associado à oposição. Igualmente, direita pode estar relacionada a uma prática correta e de acordo com as regras, ao passo que a esquerda apresenta uma conotação negativa. Mas, há alguns participantes dos grupos focais (GF), que conceberam a esquerda como um governo voltado para os mais pobres, e, portanto mais preocupado com as questões sociais. Assim, de acordo com as concepções de oposição *vs.* governo e de governo popular *vs.* governo dos ricos, o PT foi localizado tanto na direita (ser governo) quanto na esquerda (preocupações com os mais pobres), como pode ser visto nos comentários a seguir, realizados por alguns participantes:

*“Sou pouco esclarecido, mas ser de esquerda é, por exemplo, não concordar com certas coisas que o pessoal que já está no poder faz, eles queriam fazer coisas diferentes.”* (GF1, Regional Leste, Eletricista, 42 anos.)

*“[Ser de esquerda é] quem quer realmente resolver os problemas. Os problemas sociais, do povo, que é um grande problema social, analfabetismo. Principalmente no Brasil.”* (GF2, Regional Pampulha, Desempregado, 27 anos.)

*“[Ser Direita é] quem faz e cumpre. Ele promete as coisas pra gente e cumpre. Então, nós ficamos confiando neles.”* (GF1, Regional Leste, Faxineira, 45 anos.)

*“[Partidos de direita são] PSDB, PMDB, PFL. O PT tá em cima do muro, mais pra direita, mas tá em cima do muro. Antes dele entrar [o PT] era um partido de oposição, mas quando ele entra lá ele não é oposição, é o governo, então passa a ser de direita.”* (GF2, Venda Nova, Segurança de banco, 27 anos.)

Nota-se, sobretudo, que a noção de alguns eleitores de ser de esquerda ou direita é uma posição relativa ao exercício do governo. Assim, o PT, enquanto era oposição,

era considerado de esquerda. Quando passou a governar o país, transformando-se em “situação”, passa a ser tratado como partido de direita. Muitos afirmam que a posição esquerda / direita do político não tem importância, porque eles não têm noção do seu significado.

*“[O candidato ser de Direita ou Esquerda não faz diferença] porque pra mim até hoje eu não consegui entender o que é um partido de esquerda ou de direita.”* (GF2, Regional Norte, Vendedor Ambulante, 39 anos.)

Estes dados qualitativos nos permitem indagar acerca da validade da escala como instrumento capaz de mensurar ideologia, no Brasil. Passaremos para a análise descritiva e bivariada das variáveis que foram selecionadas para serem comparadas com o auto-posicionamento do eleitor.

### 3.2. Intenção de voto e imagem dos candidatos

Na tabela 1 apresentamos os resultados da auto-localização, na escala esquerda-direita, em Belo Horizonte.

Tab. 1. Auto-localização do eleitor na escala esquerda-direita, com média

<i>Auto-Localização*</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Esquerda	113	<b>14.1</b>
Centro	400	<b>50.0</b>
Direita	201	<b>25.1</b>
NS/NR	86	<b>10.8</b>
Total	800	100
<b>Escala (0-10)</b>		
<i>Média</i>	5.4	
<i>Desvio-Padrão</i>	(0.09)	

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85, 1º turno). \*Esquerda (0-3), Centro (4-6) e Direita

(7-10). Obs.: A pergunta ao entrevistado foi formulada da seguinte forma: “Quando se fala em política às vezes usamos a expressão esquerda e direita. De zero a dez, onde 0 é ser totalmente de esquerda e dez é ser totalmente de direita, em qual posição o(a) Sr.(a) se colocaria?”

Nota-se que a maioria do eleitorado da capital se auto-localiza em algum ponto da escala (89%), ocupando antes o centro (50%), em seguida a direita (25%) e por último, a esquerda (14%). Observa-se ainda o reduzido número de eleitores que não souberam responder (10,8%). Comparativamente aos *surveys* realizados nas presidenciais de 2002 e 2006, é elevado o total de respondentes que soube se auto-posicionar nesta escala. O auto-posicionamento do eleitor -75% no centro e direita-, destoa com a direção do seu voto, pois a cidade de Belo Horizonte foi governada por coalizões de esquerda desde 1993, portanto durante 4 mandatos ou 16 anos, até o momento das eleições de 2008. Isso significa que, ainda que o eleitor tenha votado majoritariamente em partidos vinculados à esquerda, isso não correspondeu à sua auto-alocação.

Além disso, destaca-se que o prefeito eleito em 2008, Márcio Lacerda, também era vinculado a um partido de esquerda, o PSB, mas realizou coligações com o centro e a direita (PSB-PT / PP / PR / PV / PMN / PTB / PSC / PSL / PTN / PTC / PRP).

Tab. 2. Eleitos e segundos colocados nas eleições para prefeito em Belo Horizonte, por partido (1992-2008)

Ano	1° colocado			2° colocado		
	Partido e candidato	Coligação	*PCC	Partido e candidato	Coligação	*PCC
1992	PT (Patrus Ananias)	PT/PSB/ PC do B PC/PV	Esquerda	PL (Maurício Campos)	PL/PFL/ PRP	Centro
1996	PSB (Célio de Castro)	Sem coligação	Esquerda	PSDB (Amilcar Vianna)	Sem coligação	Centro
2000	PSB (Célio de Castro)	PSB / PT PPS/ PC do B/ PCB/ PTN/ PSC/ PT do B/ PAN	Esquerda	PSDB (João Leite)	Sem coligação	Centro
2004	PT (Fernando Pimentel)	PT/PTB/ PSL/PTN PCB/PL/ PPS/PMN PRP/ PCdoB	Esquerda	PSB (João Leite)	PP/PMDB/ PSC/PSDC/PRTB/ PHS/PTC/PSB/PV/ PSDB/ PTdoB	Esquerda
2008	PSB (Márcio Lacerda)	PTB/PP/PR/PV/PMN/ PSC/PSL/ PTN/PTC/ PRP	Esquerda	PMDB (Leonardo Quintão)	PHS/ PMDB	Centro

Fonte: Resultados obtidos a partir de do TRE-MG. \*PCC = Posição da Cabeça de Chapa (classificação segundo Telles, 2007).

Quando comparado com o posicionamento dos que tinham intenção de votar em outros candidatos, verifica-se que o candidato Márcio Lacerda obteve significativamente mais declarações estimuladas de voto por parte dos eleitores auto-localizados à direita. A intenção de voto na candidata do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Jô Moraes, e a opção de votar em “nenhum dos candidatos” apresentaram relativamente o maior número dos localizados à esquerda, enquanto os alinhados com o candidato do PMDB, Quintão, e os que não sabiam em quem votar se auto-localizaram relativamente mais ao centro.

Tab. 3. Auto-localização do eleitor na escala esquerda-direita e intenção de voto para prefeito (%)

	Outros	Márcio Lacerda	Jô Moraes	Leonardo Quintão	Nenhum	Não Sabe	Total
<i>Auto-Localização</i>							
Esquerda	20.6	9.8	<b>23.3</b>	15.7	26.2	19.4	15.8
<b>Centro</b>	41.2	52.5	60.0	60.3	58.5	62.4	<b>56.1</b>
Direita	38.2	<b>37.7</b>	16.7	24.0	15.4	18.3	28.1
Total (n)	(34)	(305)	(90)	(121)	(65)	(93)	(708)
$\chi^2$ de Pearson <sup>13</sup> (10gl.) = 42.25 Sig(0.000)							

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85 e p8, 1º turno). Pergunta estimulada.

<sup>13</sup> O Qui-quadrado de Pearson é um teste de associação entre produtos cruzados, ou seja, que pode ser usado para determinar a significância de diferenças entre dois grupos com relação à frequência relativa com que componentes dos grupos caem nas diversas categorias. Se as proporções entre as categorias forem iguais, não é caracterizada a interação e se elas diferirem, existe interação (Siegel e Castellan Jr., 2006). A hipótese nula é de independência entre as variáveis e quando o teste para essa hipótese é rejeitado, as proporções entre as categorias são significativamente diferentes e podemos considerar uma interação entre as variáveis.

As verificações anteriores são corroboradas pela imagem dos candidatos diante do eleitorado (tabela 4). O concorrente governista, coligado com o Partido dos Trabalhadores, legenda mais à esquerda, é o mais citado como um representante da direita, seguido pelo candidato do PMDB, que durante sua campanha nunca se situou como oposição, mas como um continuísta. Tais dados nos fornecem indícios de inconsistência da escala auto-localização como indicador de conteúdos estritamente ideológicos, pois justamente ao candidato apoiado pela aliança mais à esquerda é atribuído o maior número de respostas que o identificam como representante da direita. Mas, este era o candidato do prefeito, ou seja, o candidato que representava a “situação”, ao passo que Jô Moraes, do PC do B, identificada como de esquerda, era a candidata que representava a oposição ao prefeito.

Tab. 4. Imagem dos candidatos como direita e esquerda (%)

Candidato	Partido	Partidos Coligados	É o mais de esquerda	É o mais de direita
Márcio Lacerda	PSB	PT/PP/PR/PV/PMN/PTB/PSC PSL/PTN/PTC/PRP	6.6	<b>33.5</b>
Leonardo Quintão	PMDB	PHS	6.4	11.9
Jô Moraes	PC do B	PRB	<b>22.7</b>	6.0
Sérgio Miranda	PDT	PCB	4.3	2.3
Gustavo Valadares	DEM		2.7	4.0
Vanessa Portugal	PSTU	PSOL	9.0	0.4
Pedro Paulo	PCO		3.3	0.3
Jorge Periquito	PRTB	PSDC	1.8	1.0
André Alves	PT do B		1.5	0.9
NS/Nenhum			<b>41.7</b>	<b>39.9</b>
Total (n)			(785)	(785)

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP/UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p40 e p44, 1º turno). Perguntas: Qual dos candidatos

está mais relacionado com a frase “É um candidato de esquerda”; e a frase “É um candidato de direita”.

### 3.3. Escolaridade e Classe Social

Quando avaliamos a auto-localização e a escolaridade dos entrevistados (tabela 5), não encontramos uma associação significativa entre essas variáveis. Contudo, ao controlarmos somente o grupo dos eleitores que não sabiam ou não responderam sobre o posicionamento, descobrimos que a frequência de não-respostas diminui com o aumento da escolaridade, confirmando os achados de Carreirão (2007).

Tab. 5. Auto-localização do eleitor e escolaridade (%)

	<i>Até a 4a série</i>	<i>Até a 8a série</i>	<i>Ensino médio</i>	<i>Ensino superior</i>	<i>Total</i>
<i>Auto-Localização</i>					
Esquerda	<b>23.0</b>	15.8	15.2	13.9	15.9
Centro	47.3	59.7	57.6	53.0	56.0
Direita	29.7	24.5	27.2	<b>33.1</b>	28.2
Total (n)	(74)	(139)	(349)	(151)	(713)
<b>(G)<sup>14</sup> = 0.08 Sig (0.127)</b>					

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85 e p5, 1º turno).

<sup>14</sup> A correlação gama de Goodman e Kruskal (G) é uma medida de correlação não paramétrica apropriada para medir a relação entre duas variáveis em escala ordinal e que considera a direção da mudança em todos os pares de observações, medindo a monotonicidade. Essa estatística é especialmente útil quando os dados podem ser expressos em tabelas de contingência e quando existem muitos empates concordantes e discordantes entre pares de observações referentes às categorias ordenadas (Siegel e Castellan Jr., 2006).

Tab. 6. Respostas “não sabe” e “não respondeu” sobre a auto-localização na escala esquerda-direita por escolaridade

	<i>Conjunto dos eleitores</i>	<i>Até a 4a série</i>	<i>Até a 8a série</i>	<i>Ensino médio</i>	<i>Ensino superior</i>
<i>Auto-Localização</i>					
NS/NR	<b>11%</b>	<b>20%</b>	<b>14%</b>	<b>9%</b>	<b>6%</b>
Base (n)	(800)	(93)	(161)	(385)	(160)

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, realizada pelo DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85 e p5, 1º turno).

Apesar de não ocorrer uma associação significativa entre escolaridade e a distribuição na escala, quando se analisa a classe social encontra-se uma associação positiva, no sentido de que aqueles que pertencem às classes mais privilegiadas (A e B) têm mais probabilidade de se localizarem à direita do que os pertencentes às classes C, D e E, formada pelos segmentos mais pobres.

Tab. 7. Auto-localização do eleitor e classe social (%)

	A/B	C/D/E	Total
<i>Auto-Localização</i>			
Esquerda	14.25	17.54	15.83
Centro	<b>53.49</b>	<b>58.77</b>	56.02
Direita	<b>32.26</b>	<b>23.68</b>	28.15
Total (n)	(372)	(342)	(714)
<b>(G) = 0.164 Sig(0.012)</b>			

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85 e p109, 1º turno).

### 3.4. Preferência partidária e imagem dos partidos

A distribuição da preferência partidária na cidade revela que no primeiro turno, 43% dos entrevistados não se identificavam com partidos. Os partidos com mais eleitores eram o PT (29%), o PMDB (10%) e o PSDB (9%). Os partidos à direita não possuem forte penetração em Belo Horizonte, seja em termos de criar vínculos psicológicos com o eleitor, seja possuindo representação no legislativo municipal. Todavia, chama a atenção o fato de que 32% dos eleitores com preferência por partidos se declarem como de direita e apenas 18% se considerem como de esquerda. Numa primeira análise da associação entre preferência por partidos e a escala de posicionamento esquerda-direita, revela-se que aqueles que assumem preferência por partidos têm mais probabilidade de ocuparem os extremos da escala (esquerda ou direita) do que aqueles sem preferência partidária, que se encontram mais concentrados ao centro.

Tab. 8. Auto-localização do eleitor e preferência partidária (%)

	Tem preferência partidária	Sem preferência partidária	Total
<i>Auto-Localização</i>			
Esquerda	<b>18.3</b>	11.7	15.6
Centro	49.2	66.6	56.3
Direita	<b>32.5</b>	21.7	28.1
Total (n)	(415)	(290)	(705)
<b><math>\chi^2</math> de Pearson (2gl.) = 21.02 Sig(0.000)</b>			

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85 e p86, 1º turno).

A análise seguinte agregou as preferências partidárias em blocos ideológicos, considerando somente os partidos efetivos que disputavam a eleição municipal, que se situavam ao centro ou à esquerda. Pelos resultados, notamos que os partidos nomeados como de centro foram selecionados sobretudo pelos eleitores que se auto-localizavam à direita, ao passo que os que preferiam os partidos de esquerda se achavam concentrados entre os eleitores que se auto-localizavam ideologicamente ao centro. Os eleitores que tinham preferência pelos “demais partidos” são localizados principalmente ao centro, apesar de que entre os “demais partidos” encontra-se também a maior frequência relativa de auto-posicionados à esquerda.

Tab. 9. Auto-localização do eleitor e preferência por partidos classificados por ideologia (%)

	Partidos de Esquerda*	Partidos de Centro**	Outros***	Total
<i>Auto-Localização</i>				
Esquerda	<b>21.6</b>	8.5	<b>28.9</b>	18.3
Centro	52.3	44.2	46.7	49.2
Direita	26.1	<b>47.3</b>	24.4	32.5
Total (n)	(241)	(129)	(45)	(415)
$\chi^2$ de Pearson (6gl) = 24.64 Sig(0.000)				

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e IPESPE, (p86 e p85, 1º turno). \*PT / PCdoB / PSB. \*\*PMDB / PSDB. \*\*\*DEM / PDT / PTB / PL / PPS / PSOL / PRP / PV / PSTU / PHS / PSL / PCO / PC.

Quando decomposmos o universo de eleitores com preferência partidária e a relacionamos com a escala direita-esquerda (tabela 10), destaca-se que o PSDB é o único partido que reuniu um maior número de eleitores

auto-localizados à direita. Nota-se ainda que o PT tem mais eleitores auto-localizados *à direita do que à esquerda*, fenômeno ainda mais relevante quando se observa o caso dos identificados com o PMDB. Em relação aos partidos menores –PC do B e Partido Verde (PV)–, estes agregaram mais os eleitores auto-distribuídos à esquerda que à direita. O PSB, apesar de ser um partido com pouca penetração no eleitorado da cidade, destaca-se na cena política municipal (ver tabela 2) e apresenta poucos eleitores que se auto-identificam como de esquerda.

Tab. 10. Auto-localização do eleitor e partido de preferência (%)

	PMDB	PT	PSDB	PSB	PCDOB	PV	Total
<i>Auto-Localização</i>							
Esquerda	11.9	21.6	4.8	7.1	<b>35.7</b>	<b>33.3</b>	17.4
Centro	49.3	52.1	38.7	<b>64.3</b>	42.9	44.4	49.3
Direita	38.8	26.3	<b>56.5</b>	28.6	21.4	22.2	33.3
Total (n)	(67)	(213)	(62)	(14)	(14)	(9)	(379)
$\chi^2$ de Pearson (10gl.) = 31.09 Sig(0.001)							

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85 e p86, 1º turno).

Quando os entrevistados foram solicitados a indicar, em uma lista que lhes foi apresentada, qual o partido que consideravam como “mais de direita” e “mais de esquerda”, uma alta porcentagem (41%), não soube responder ou não indicou partidos, valor significativamente maior que daqueles que não souberam se localizar na escala: 11% Destaca-se ainda a citação dos partidos mais conhecidos, o que pode denotar a importância de analisarmos as duas

variáveis de forma conjunta e não isolada. Na tabela 11, podemos ressaltar que, apesar do PT ser o terceiro mais citado como “mais de direita” (9%), é lembrado duas vezes mais como o partido “mais de esquerda” (22%). O PC do B é proporcionalmente muito mais mencionado como “mais de esquerda” do que como “mais de direita”. Na percepção do eleitor, o PMDB está na direita (19%), seguido pelo PSDB (16%) e o PSB é citado mais como sendo de direita do que como sendo de esquerda.

Tab. 11. Imagem dos partidos de acordo com percepções de ser de direita e de esquerda (%)

	<i>É o mais de direita</i>	<i>É o mais de esquerda</i>
PT	9.2	<b>22.3</b>
PCdoB	2.7	<b>14.8</b>
PMDB	<b>19.3</b>	6.0
PSDB	<b>15.8</b>	5.7
DEM/PFL	5.0	2.5
PSB	4.3	2.7
PDT	1.9	2.4
Todos	0.5	1.0
PCO	-	0.4
PSTU	-	0.4
NS/Nenhum	<b>41.3</b>	<b>41.8</b>
Total (n)	(792)	(790)

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p31 e p30, 1º turno). Pergunta: Qual dos partidos está mais relacionado com a frase “É o mais de esquerda” e a frase “É o mais de direita”? Estimulada.

Ao cruzarmos a variável imagem dos partidos – “mais de esquerda” e “mais de direita” – com a preferência pelo PT, PSDB e PMDB (tabela 12), encontramos resultados

curiosos: o PT é mais citado como o partido “mais de esquerda” pelos eleitores identificados com o PSDB e com o PMDB do que pelos próprios eleitores petistas, que chegam a citar o PT como “mais de direita” em 16% dos casos. Em geral, o eleitorado identifica o PC do B como partido muito mais associado à esquerda do que à direita e o PMDB como mais à direita. O PSDB é o partido mais citado como “mais de direita” pelos próprios peessedebistas, coerentemente com sua auto-localização mais à direita da escala, como visto anteriormente na tabela 10.

Tab. 12. Imagem dos partidos (mais de direita e mais de esquerda) e preferência partidária (%)

Partido	É o mais de Direita			É o mais de Esquerda		
	Preferência Partidária*					
	Petistas	Peessedebistas	Peemedebistas	Petistas	Peessedebistas	Peemedebistas
PMDB	22.7	21.1	29.0	7.0	-	5.3
PT	<b>15.7</b>	<b>6.1</b>	<b>9.2</b>	<b>22.7</b>	<b>35.9</b>	<b>36.7</b>
PSDB	9.6	37.9	18.4	5.2	6.0	4.0
PFL/DEM	7.4	3.0	1.3	3.5	3.0	1.3
PC do B	2.2	4.6	4.0	15.7	20.9	16.0
Base	(229)	(66)	(76)	(229)	(67)	(75)

\*Foram omitidos da tabelas as demais opções

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP/UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p86, p31 e p30, 1º turno). \*Petistas: eleitores do PT; Peessedebistas: eleitores do PSDB; Peemedebistas: eleitores do PMDB.

### 3.5. Avaliações das Administrações do Presidente, do Governador e do Prefeito

Na tabela a seguir, procurou-se analisar as associações entre a avaliação dos diversos níveis de governo –municipal, estadual e federal– com a escala de auto-localização esquerda-direita. Primeiramente, podemos observar que as três administrações foram positivamente avaliadas (como boa ou ótima). De modo geral, aqueles que avaliaram positivamente as gestões incluem uma porcentagem relativamente maior de cidadãos auto-localizados à direita. Contudo, a relação somente se mostrou *significativa*, expressa pelas estatísticas *gama*, no contexto regional das administrações do governador e do prefeito.

Tab. 13. Auto-localização do eleitor na escala esquerda-direita e avaliação das administrações do presidente Lula, do governador Aécio Neves e do prefeito Fernando Pimentel (%)

Auto-Localização	Avaliação do Governo Lula (PT)				Avaliação do Governo Aécio (PSDB)				Avaliação do Governo Pimentel (PT)			
	Neg.	Regular	Pos.	Total	Neg.	Regular	Pos.	Total	Neg.	Regular	Pos.	Total
Esquerda	17.9	17.5	14.98	15.9	33.3	26.9	13.1	15.9	33.3	18.3	14.1	15.8
Centro	58.2	56.1	55.49	55.9	51.5	50.5	57.0	55.9	48.5	59.5	55.6	56.0
Direita	23.9	26.3	<b>29.54</b>	28.2	15.2	22.6	<b>29.9</b>	28.2	18.2	22.2	<b>30.3</b>	28.3
Total	(67)	(171)	<b>(474)</b>	(712)	(33)	(93)	<b>(586)</b>	(712)	(33)	(126)	<b>(552)</b>	(711)
	(G) = 0.085 Sig(0.19)				<b>(G) = 0.303 Sig(0.000)</b>				<b>(G) = 0.217 Sig(0.005)</b>			

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85, p47, p48 e p49, 1º turno). As opções de avaliação de governo foram recategorizadas da seguinte forma: Negativa = Péssima / Ruim; Regular = Boa / Ótima.

## 4. Procedimentos democráticos e confiança nas instituições

### 4.1. Procedimentos democráticos e representação política

Notou-se, na seção anterior, que a maioria do eleitorado de Belo Horizonte se auto-posicionou em um dos pontos da escala e que o centro foi a posição majoritária, ao passo que a auto-localização à esquerda foi bastante reduzida, a despeito de ser a força hegemônica no executivo da cidade. A auto-localização do eleitor não se associou com preferência partidária e intenção de voto; as imagens produzidas pelos partidos e seus candidatos não permitiram que os eleitores os diferenciassem claramente em termos ideológicos como esquerda e direita. De modo geral, não se observou no eleitorado coerência significativa entre a sua ideologia, mensurada através de escala, a intenção de voto e a imagem dos partidos.

Deste modo, outras variáveis políticas foram incluídas para captar as atitudes. O primeiro conjunto se refere ao posicionamento do eleitor diante dos procedimentos institucionais da democracia, tais como a valorização do voto, da participação eleitoral e dos partidos políticos. Na tabela 15, podem-se ver os valores da correlação gama à associação entre estas variáveis e a localização na escala. Essas variáveis políticas tiveram baixa correlação com a auto-localização, obtendo alguma significância somente as três primeiras variáveis, mas, ainda assim, numa intensidade moderada. Curiosamente, os sentidos das associações são diferentes dos resultados esperados, quais sejam, uma direita que valorizasse menos os mecanismos democráticos e uma esquerda mais vinculada a estes procedimentos. Ao contrário, verifica-se que os eleitores localizados à *direita* são aqueles que concordam mais que o voto possa influenciar

o governo, que consideram que devem ser criadas formas mais amplas para a decisão política e os que mais confiam na lisura das eleições.

Tab. 14. Correlação gama entre graus de concordância com frases sobre representação e valores e a auto-localização dos eleitores (esquerda, centro e direita)

1. Através do voto, a gente pode influir no que fará o governo eleito.	0.17**	714
2. Avaliação das formas de decisão política	0.16*	712
3. De modo geral, as eleições no Brasil são feitas de maneira limpa, sem fraudes, e têm resultados confiáveis.	0.11*	714
4. Sem partidos políticos, não pode haver democracia.	0.056	710
5. A mulher grávida tem o direito de decidir sobre fazer ou não fazer aborto	0.031	709

---

Graus de significância da correlação gama \*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85, p73, p72, p75, p76, p105 e p77, 1º turno). Obs.: todas as variáveis, exceto a segunda, possuem quatro categorias: 1-discorda totalmente; 2-discorda em parte; 3-concorda em parte; 4-concorda totalmente. A variável de “formas de decisão” possui a seguinte categorização: 1-As decisões políticas devem ser tomadas exclusivamente pelos representantes políticos (vereadores, prefeitos, deputados e presidente da República); 2- Depende da questão a decidir; 3- Deveriam ser criadas outras formas para que o povo participe mais diretamente das decisões políticas.

#### 4.2. Confiança nas Instituições.

Na análise seguinte, a escala será testada em relação à confiança nas instituições, e a correlação de *Pearson* será utilizada para medir o grau de associação linear. De

modo geral, corroborando os achados anteriores, em que os eleitores que se auto-declaram como sendo de direita também valorizam mais os procedimentos institucionais, encontrou-se que *quanto maior o grau de confiança nas instituições indicadas, maior é a probabilidade do indivíduo se auto-localizar à direita*. Verifica-se que as correlações mais significativas foram aquelas que envolviam as instituições representativas, como os partidos políticos e a Câmara dos Deputados.

Tab. 15. Correlação de *Pearson* entre grau de confiança em instituições (0 a 10) e auto-localização (esquerda, centro, direita)

1. Confiança nos Partidos Políticos	0.20***	712
2. Confiança na Câmara dos Deputados	0.20***	709
3. Confiança na Igreja	0.16**	707
4. Confiança na Televisão	0.12*	712
5. Confiança nas ONGs	0.12*	697
6. Confiança nas Empresas Privadas	0.11	698
7. Confiança na Imprensa	0.08	711

Asteriscos indicam *p*-valores com correção de Sidak para testes múltiplos:  
\*  $p < 0.05$ , \*\*  $p < 0.01$ , \*\*\*  $p < 0.001$

Fonte: Pesquisa “A decisão de voto em eleições municipais”, DCP / UFMG e Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), (p85, p94, p95, p100, p97, p98, p99 e p96, 1º turno).

## 5. Construtos para classificação dos eleitores: instituições, valores e incentivos capitalistas

A partir das associações encontradas e das perspectivas teóricas apresentadas, procura-se, nesta seção, construir índices para que possamos fazer uma análise multivariada

e visualizá-la graficamente. Foram escolhidas quatro variáveis que se associam mais significativamente com o posicionamento na escala esquerda-direita: confiança nas instituições representativas, de um lado, e, de outro, avaliação das administrações do governador Aécio Neves (PSDB) e do prefeito Fernando Pimentel (PT).

Para a construção dos índices foi utilizado o método de Componentes Principais. A Análise de Componentes Principais é uma técnica útil para a redução e classificação de dados. Reduz-se a dimensionalidade de um banco de dados de uma amostra a um número menor de índices (componentes principais), que são combinações lineares das variáveis utilizadas, encontrando um novo conjunto de variáveis, menor do que o conjunto original, perdendo-se no processo um mínimo de informação. As variáveis precisam ser correlacionadas no início do processo e não é necessário fazer suposições iniciais a respeito da distribuição de probabilidade das variáveis originais.

As novas variáveis geradas, denominadas como componentes principais são ortogonais e ordenadas pela parcela da variabilidade total. A primeira componente principal é aquela que explica a maior variabilidade global das variáveis e, assim, sucessivamente. Elas são formadas a partir dos autovalores e autovetores associados à matriz de correlação. Do autovalor extrai-se a variância do respectivo componente principal, enquanto os elementos do autovetor fornecem os coeficientes para se obter os componentes principais (MINGOTI, 2007).

### **5.1. Índice de Confiança nas instituições e Avaliação de governo**

No quadro a seguir, são apresentados os componentes principais gerados a partir das variáveis que se relacionam e se associam com a escala de auto-localização. Pelos resultados apresentados na tabela 17, notamos que podemos

reduzir as quatro variáveis analisadas a dois componentes principais: o primeiro componente contém as variáveis de confiança nas instituições representativas (partidos políticos e Câmara dos Deputados), enquanto o segundo contém as variáveis de avaliação dos governos de contexto regional (administrações do governador e do prefeito).

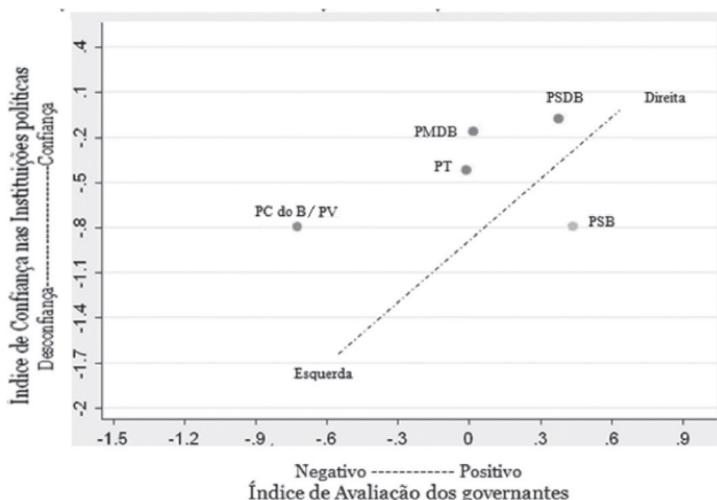
Tab. 16. Matriz de autovetores ou participação relativa de indicadores para a análise de componentes principais (1º turno)

	<i>Componentes</i>			
	(1)	(2)	(3)	(4)
Confiança nos Partidos Políticos	<b>0.6101</b>	-0.3524	0.0039	-0.7097
Confiança na Câmara dos Deputados	<b>0.5998</b>	-0.3782	0.0451	0.7073
Avaliação do Governo Aécio (PSDB)	0.3481	<b>0.6236</b>	0.6999	-0.0065
Avaliação do Governo Pimentel (PT)	0.3832	<b>0.5865</b>	-0.7128	0.0343
Variância Explicada	<b>47%</b>	<b>33%</b>	13%	7%
Auto-valores	<b>1.9</b>	<b>1.3</b>	0.5	0.3

A partir destes componentes foram criados dois índices, ambos calculados a partir da soma das variáveis de maior peso em cada componente. A soma é realizada após as variáveis serem padronizadas de forma a terem média igual a zero e desvio-padrão igual a um. Abaixo, podemos visualizar o gráfico gerado a partir do índice de avaliação do governo e do índice de confiança nas instituições políticas. A partir dos eixos formados por esses índices, é traçada a reta esperada de auto-localização dos eleitores na escala e, ainda, são plotados a localização média dos partidos políticos de acordo com a identidade partidária,<sup>15</sup> ressaltando-se que PC do B e PV, pequenos partidos de esquerda, foram agrupados em função do pequeno número de casos.

<sup>15</sup> Os valores são obtidos pela obtenção da média de cada índice entre os que possuem identidade com o partido analisado.

Gráfico 1. Espaço da auto-localização e da preferência partidária segundo índices de Avaliação dos Governantes e Confiança nas Instituições Representativas



Obs: PSDB (n=60), PT (n=205), PMDB (n=66), PSB (n=14) e PCdoB+PV (n=23).

No gráfico, podemos notar que o espaço de esquerda encontra-se associado à *maior* desconfiança nas instituições e avaliação *mais* negativa dos mandatários, o que pode levar estes eleitores a votar na oposição, em função de sua insatisfação com o *statu quo*. Nesta acepção, os que se encontram mais próximos ao espaço da esquerda são os eleitores que preferem o PC do B e o PV. Os que se auto-declaram como de direita se aproximam por uma *maior* confiança nas instituições representativas e *maior* confiança nos governantes. Os eleitores do PSDB são os mais próximos desta acepção de direita.

Chama a atenção que eleitores do PT e do PMDB sejam quase indistintos e ocupem espaços próximos ao centro,

entre o PC do B / PV e o PSDB. Aqueles que preferem o PSB tiveram um comportamento mais errático, avaliando bem as administrações dos governantes ao passo que apresentam maior desconfiança com relação às instituições políticas. A análise demonstra, portanto, que confiar nas instituições representativas e avaliar positivamente os mandatários são posicionamentos importantes para que os eleitores se agrupem à direita.

## **5.2. Índice de Valores Pró-Democráticos e Incentivos Capitalistas**

Nesta seção, são construídos índices com base em variáveis referentes a questões democráticas e econômicas, temas freqüentemente abordados pela literatura como referências ideológicas. Para a operação do índice, foram utilizadas perguntas que poderiam compor um índice de adesão democrática (Kinzo, 2005), formado pela concordância ou discordância com frases sobre o poder do Presidente da República para interferir na política. Outro índice empregado foi o grau de adesão ao capitalismo, indicado pela maior aceitação da propriedade privada.

As variáveis operacionalizadas estão apresentadas na tabela 17 e não foram analisadas diretamente com a escala de auto-localização, pois estavam presentes somente no segundo turno da pesquisa realizada em Belo Horizonte, em que não foi inserido o auto-posicionamento no questionário. Contudo, procurou-se utilizar os índices de forma a localizarmos o espaço de identificação partidária.

Na tabela 17, são destacados os dois principais componentes gerados pelas variáveis. O primeiro reúne as seis primeiras variáveis, ligadas à adesão aos valores democráticos; no segundo, puderam ser reunidas as variáveis vinculadas à percepção da propriedade, como a aceitação da redistribuição de terras. Para este índice, foram utilizadas perguntas

relativas ao tema da reforma agrária e do Movimento dos Sem-Terra (MST). Os índices foram criados a partir das variáveis mais destacadas de cada componente, que foram somadas depois de serem padronizadas de forma a terem média igual a zero e desvio-padrão igual a um.

Tab. 17. Matriz de autovetores ou participação relativa de indicadores para a análise de componentes principais (2º turno)

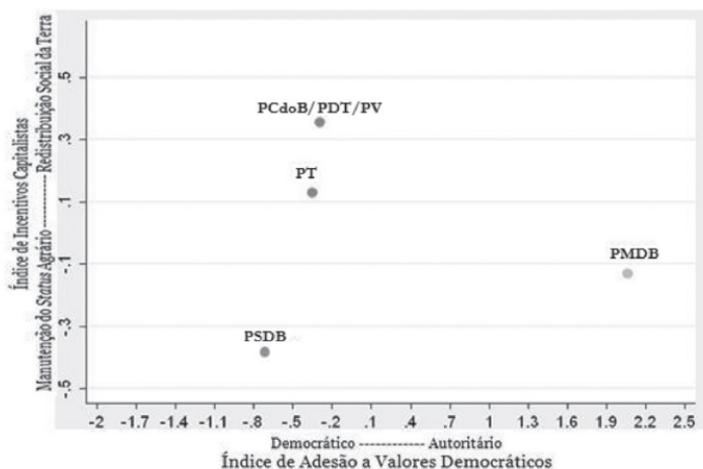
	<i>Componentes Principais (2)</i>	
	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>
É a favor ou contra...*		
...que o Presidente possa proibir greves	<b>0.3788</b>	0.0399
...que o Presidente possa intervir nos sindicatos	<b>0.4226</b>	0.1732
...que o Presidente possa proibir a existência de algum partido	<b>0.4446</b>	0.1168
...que o Presidente possa censurar jornais, rádios e TV	<b>0.3830</b>	0.2885
...que o Presidente possa fechar o Congresso Nacional	<b>0.3930</b>	-0.1144
...que o Presidente possa acabar com as eleições	<b>0.3885</b>	-0.1342
...o Movimento dos Sem-Terra	-0.1304	<b>0.6700</b>
...a Reforma agrária	-0.1059	<b>0.6257</b>
Variância Explicada	<b>32%</b>	<b>17%</b>
Auto-valores	<b>2.5</b>	<b>1.4</b>

\* Alternativas: 1- totalmente contra; 2- contra em parte; 3- A favor em parte; 4- Totalmente a favor.

A partir dos dois componentes gerados, criaram-se dois índices. Um primeiro, de adesão aos valores democráticos, que varia entre um extremo autoritário e outro mais democrático. Outro, um índice de incentivos capitalistas, que gradua entre a manutenção do *status* agrário e a redistribuição social da terra. Através dos eixos criados a partir destes índices, foram plotados em sua correspondente localização no espaço, criado a partir da média entre

aqueles que tinham inclinação por determinado partido, como demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 2. Espaço dos partidos políticos segundo índices de incentivos capitalistas e adesão a valores democráticos



Obs: PSDB (n=60), PT (n=186), PMDB (n=73) e PCdoB+PDT+PV (n=47).

Através do gráfico 2, no qual os eleitores identificados com partidos foram espacialmente inseridos por sua proximidade com os índices, verifica-se que aqueles que preferem o PMDB são os mais autoritários, ao mesmo tempo em que são mais contrários às mudanças na distribuição da terra do que os eleitores do PT e dos pequenos partidos de esquerda. Os que preferem os pequenos partidos de esquerda, como o PC do B, PDT e PV, se mostraram como os mais favoráveis à propriedade social e redistribuição de terras. Confirma-se também que os eleitores identificados com o PSDB são os que mais aderem aos valores democráticos, ao serem contrários aos poderes do Presidente

para interferir nas instituições. Por outro lado, são estes eleitores do PSDB os mais receptivos aos incentivos capitalistas, se posicionando contra as mudanças no regime de propriedade.

## 6. Conclusão

Em função das características próprias da história política brasileira, que passou por períodos de governos autoritários, e da omissão de enunciados marcadamente ideológicos durante as disputas eleitorais, os termos direita e esquerda, no Brasil, possuem múltiplos significados para os eleitores. Observando-se os grupos focais realizados em Belo Horizonte, pode-se notar que as acepções de esquerda e direita são polissêmicas e são referentes tanto à posição dos partidos no governo, quanto à sua defesa de segmentos sociais. Nem sempre foram observados, na pesquisa qualitativa, conteúdos ideológicos, mesmo entre os eleitores que têm mais anos de estudo, renda superior e preferência partidária definida. Fica confirmada, portanto, a hipótese inicial, verificada através do exame de grupos focais, de que a variável “auto-localização na escala esquerda-direita” não é um preditor de atitudes ideológicas. Esta variável aparece também associada à noção de *situação (ser governo) e oposição*, tanto em grupos de eleitores de alta quanto de baixa escolaridade, o que pode ter causado um embaraço quando a esquerda chegou ao governo. O conteúdo desta escala destaca-se por conter elementos *conjunturais*, sendo, portanto passível de ser alterada de acordo com as mudanças nas circunstâncias políticas.

Os dados extraídos dos *surveys* confirmam outros achados que afirmam que, na região latino-americana, os partidos não se apresentam com imagens nitidamente definidas, dificultando que o eleitor possa identificá-los

a partir de termos como direita e esquerda. Assim, o uso da escala de auto-posicionamento ideológico apresentou limites para inferir sobre posições ideológicas do eleitor e para prever a direção do voto em partidos com sua semelhante orientação.

As políticas produzem resultados que modificam as avaliações sobre o governo. A consequência da alteração nesta avaliação pode produzir variações no auto-posicionamento da escala, pois eleitores mais satisfeitos com os governos se inclinaram mais a se posicionar à direita, ao passo que o caso contrário revelou tendência de auto-posição à esquerda do *continuum*. Assim, a escala pode também se constituir como síntese da avaliação retrospectiva.

Esta escala é insuficiente para aferir posicionamento ideológico. Todavia, estas limitações não significam aceitar que o eleitor decide seu voto desconsiderando qualquer sistema de idéias. Para investigar posicionamentos ideológicos, foram construídos índices de valores políticos e econômicos, que agregaram variáveis como a confiança nas instituições, a percepção dos procedimentos democráticos e da representação política, a adesão à democracia e a acolhida aos incentivos capitalistas.

Os eleitores posicionados à direita avaliam melhor os governantes regionais. Através do uso dos índices, nota-se ainda que o auto-posicionamento à esquerda reúne eleitores mais críticos aos governantes, portanto, eleitores que se apresentaram nas eleições com preferência pelos partidos que representavam a *oposição* ao prefeito e ao governador. Além desta crítica aos governantes, a esquerda confiou menos nas instituições representativas, como os partidos e a Câmara dos Deputados, do que os eleitores posicionados à direita da escala.

Quando controladas somente as preferências partidárias, nota-se que os indivíduos que se identificam com partidos mais próximos à esquerda, como o PC do B e o

PT, aceitam mais as medidas autoritárias –intervenção nos sindicatos, censura à imprensa, fechamento do Congresso– do que os eleitores do PSDB. Ao mesmo tempo, o Índice de Incentivos Capitalistas mostra que os eleitores identificados com partidos à esquerda estão mais de acordo com a reforma agrária e com o MST. Já os eleitores do PSDB estão entre os que mais aderem tanto à manutenção do *statu quo* do regime da propriedade privada quanto aos valores políticos democráticos. Os identificados com o PMDB se revelaram, isoladamente, com os posicionamentos mais autoritários e o grupo de eleitores tucanos se revelou mais democrático do que os petistas.

Mas, os resultados também demonstraram que os eleitores compartilham valores. A posição à direita da escala nem sempre ajuntou indivíduos que estão de acordo com o autoritarismo político. Ao contrário, são estes eleitores de direita os que mais valorizam os procedimentos institucionais, confiam no processo eleitoral e desejam a ampliação da participação. Portanto, ser de direita adquire o significado de “compartilhar uma posição mais positiva em relação às instituições políticas e valorizar mais a democracia política”. Já os eleitores de esquerda nem sempre confiam nas instituições democráticas. Pode ser observado ainda que aqueles que preferem os pequenos partidos de esquerda podem ser reunidos pela crença comum em *valores econômicos*, como a aceitação de um novo sentido para a propriedade privada.

Tais achados podem não estar localizados apenas na capital do estado de Minas Gerais. Considerando-se a origem histórica atribuída aos conceitos de direita e esquerda no Brasil, as descobertas revelam o quanto a escala esquerda-direita contém inconsistências para ser usado como o exclusivo preditor de comportamento ideológico. Os dados observados expõe que a história da esquerda brasileira, de combate ao regime autoritário e por

sua emergência no período de redemocratização a partir de clivagens econômicas, foi compreendida pelo eleitor destes partidos, de maneira a torná-los mais críticos das instituições políticas democráticas e do capitalismo. Outros esforços teóricos e metodológicos devem ser realizados para aprofundar o entendimento sobre o papel da ideologia na opinião pública e na decisão de voto, também na América Latina.

## Bibliografia

- Alcántara, Manuel Saéz y Freidenberg, Flávia (2002), "Partidos políticos na América Latina", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 8, núm. 2, pp. 137-157.
- Almeida, Alberto y Young, Clifford (2002), "As bases ideológicas do comportamento eleitoral", Encontro Nacional da ABCP, 3, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Ciência Política.
- Bone, Hugh y Ranney, Austin (1966), *A política e o eleitor*, Rio de Janeiro, Presença.
- Borba, Julian (2005), "Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 11, núm. 1, pp. 147-168.
- Campbell, A. *et al.* (1960), *The American voter*, New York, Wiley.
- Carreirão, Yan (2002), "Identificação ideológica e voto para presidente", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 8, núm. 8, pp. 54-79.
- Carreirão, Yan (2007), "Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006", *Opinião Pública*, vol. 13, núm. 2, pp. 307-339.

- Carreirão, Yan (2008), "Opiniões políticas e sentimentos partidários dos eleitores brasileiros", *Opinião Pública*, vol. 14, núm. 2, pp. 319-351.
- Catteberg, Edgardo y Braun, María (1989), "¿Izquierda y derecha en la opinión pública argentina?", *Crítica e Utopía*, Buenos Aires, núm. 18, pp. 1-11.
- Converse, Philip (1964), "The Nature of Belief Systems in Mass Publics", en Apter, David Ernerst (ed.), *Ideology and discontent*, New York, Free Press / London, Collier Macmillan, pp. 206-262.
- Dalton, Russell (2000), "The Decline of Party Identification", en Dalton, Russell y Wattenberg, Martin, *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 19-36.
- Dalton, Russell; McAllister, Ian; y Wattenberg, Martin (2000), "The Consequences of Partisan Dealignment", en Dalton, Russell y Wattenberg, Martin, *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 37-63.
- Downs, Anthony (1998), *Uma teoria econômica da democracia*, São Paulo, EDUSP.
- Holz hacker, Denilde O. y Balbachevsky, Elizabeth (2007), "Classe, ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, núm. 2, pp. 283-306.
- Key, V.O. (1966), *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting, 1936-1960*. Belknap Press of Harvard University Press.
- Kinzo, Maria D'Alva G (2005), "Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários". *RBCS*, São Paulo, vol. 20, núm. 57, pp. 65-81.
- Lane, Robert (1966), "The decline of politics and ideology in a knowledgeable society", *American Sociological*, Washington, vol. 31, núm. 5, pp. 649-662.

- Lavareda, Antonio (1991), *A democracia nas urnas*, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Lavareda, Antonio y Telles, Helcimara (2011), *Como o eleitor escolhe o seu prefeito: voto e campanha em eleições municipais*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Lazarsfeld, Paul; Berelson, Bernard; y Gaudet, Hazel (1948), *The people's choice*, New York, Columbia University Press.
- Levitin, Teresa y Miller, Warren (1979), "Ideological Interpretations of Presidential Elections", *The American Political Science Review*, Los Angeles, vol. 73, núm. 3.
- Lipset, Seymour M. (1967), *O homem político*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Mainwaring, Scott (1999), *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- Mainwaring, Scott; Meneguello, R.; y Power, T. (2000), "Conservative Parties, Democracy, and Economic Reform in Contemporary Brazil", en Middlebrook, K. J., *Conservative parties, the right, and democracy in Latin America*, The Johns Hopkins University Press.
- Mingoti, Sueli A. (2007), *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*, Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- Moreno, Alejandro (2003), *El votante mexicano. Democracia, actitudes políticas y conducta electoral*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Norris, Pippa (2005), "A tese da 'nova clivagem' e a base social do apoio à direita radical", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 11, núm. 1, pp. 1-32.
- Popkin, Samuel L. (1994), *The Reasoning Voter*, segunda edición, Chicago, The Chicago University Press.
- Popkin, Samuel L. *et al.* (1976), "What Have You Done for Me Lately? Toward an Investment Theory of Voting",

- American Political Science Review*, Los Angeles 70, pp. 779-805.
- Reis, Fábio W. (org) (1978), *Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro*, Sao Paulo, Ed. Símbolo.
- Sainsbury, Diane (1986), "The End of Ideology Debate Revisited: An Appraisal of Definitional and Theoretical Issues", *Scandinavian Political Studies*, Bind 9 (New Series), 2.
- Samuels, David (2004), "As bases do petismo", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 10, núm. 2, pp. 221-241.
- Samuels, David (2008), "A evolução do petismo", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, núm. 2, pp. 302-318.
- Sartori, Giovanni (1982), *Partidos e Sistemas Partidários*, Brasília, UnB.
- Siegel, Sidney y Castellan Jr., John N. (2006), *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*, Porto Alegre, Artmed.
- Singer, André (2000), *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*, Sao Paulo, EDUSP.
- Telles, Helcimara de Souza (2007), "El desempeño los partidos políticos en las elecciones para la Cámara de Diputados en Brasil", *América Latina Hoy*, Salamanca, vol. 45, pp. 141-169.
- Telles, Helcimara de Souza (2008), "Eleitor volátil, eleitor petista: que samba isso dá em Beagá?", en Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 6, Campinas, *Anais...*, Campinas, Unicamp, 2008. Disponible en línea: [http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/Artigo\\_ABCP\\_Helcimara\\_Telles.pdf](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/Artigo_ABCP_Helcimara_Telles.pdf).
- Telles, Helcimara de Souza; Lourenço, Luiz Claudio; y STORNI, Tiago Prata L. (2009), "Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas municipais", *Sociedade e Cultura*, Goiás, vol. 12, pp. 91-116.

Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (2008), *A decisão de voto em eleições municipais*, Pesquisas quantitativas face a face, com 800 eleitores amostrados em cada turno da eleição por idade, sexo e região da cidade. Margem de erro de 3.1 PP e intervalo de confiança de 95%, Belo Horizonte.

Veiga, Luciana (2007), "Os partidos brasileiros na perspectiva dos electores", *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, núm. 2, pp. 340-365.